

## • Nacional

### ESTUDO

# Políticas de ajuste e deterioração social na crise dos anos 80

por David Friedlander  
de São Paulo

As políticas de ajustamento econômico na década de 80 agravaram o já deteriorado quadro social brasileiro. Em busca de saldos comerciais que permitissem o pagamento da dívida externa, essas políticas foram responsáveis por reduções dos investimentos nas áreas sociais, pela queda dos salários reais, pela diminuição na produção de alimentos básicos — cujos preços subiram mais do que a inflação — e pela desorganização do mercado de trabalho.

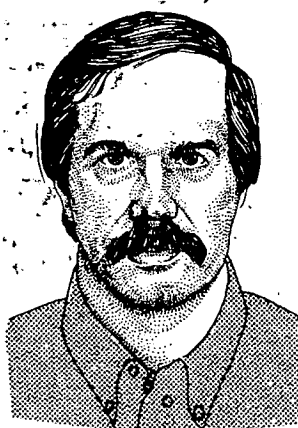
A adoção dessas políticas produziu graves seqüelas, principalmente sobre a população infantil, que nesta década tem convivido com taxas cada vez maiores de abandono familiar, criminalidade, repetência e evasão escolar. Ações específicas do governo na área de saúde, por outro lado, obtiveram progressos no combate à mortalidade e erradicação de várias doenças infantis. Não se conseguiu evitar, contudo, o avanço da desnutrição infantil — muito ligada à queda da renda familiar.

Essas conclusões são apresentadas pelos economistas José Paulo Chahad e Ruben Cervini, da Universidade de São Paulo (USP), organizadores do livro "Crise e Infância no Brasil — Impacto das Políticas de Ajustamento Econômico", recentemente publicado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) da USP, com apoio financeiro do Fundo das Nações Unidas para a Criança (Unicef).

"A proposta do livro é de que quando o governo decide promover políticas de ajustamento econômico, muitas vezes inevitáveis, se empenhe também na adoção de políticas sociais compensatórias", observa Chahad.

Os estudos de Chahad e Cervini demonstram que a produção "per capita" de alimentos básicos — arroz, feijão e mandioca — diminuiu cerca de 12% entre 1977 e 1987, enquanto nesse mesmo período a produção de alimentos exportáveis cresceu 17,94%.

Os economistas atribuem esses desempenhos a dois fatores principais: a redução na oferta de alimentos básicos é consequência da contenção da demanda interna; e o crescimento da produção dos exportáveis é resultado de estímulos concedidos pelo governo, interessado nos superávits comerciais. Eles lembram, ainda, que no período 1980/87 os preços dos alimentos básicos cresceram 125,2% em relação à inflação medida pelo Índice Geral de Preços (IGP) da Fundação Getúlio Vargas.



José Paulo Chahad

A taxa de desemprego diminuiu bastante nos últimos meses, depois de uma acentuada elevação no período 1981/84. A crise econômica também desorganizou o mercado de trabalho, com poucas modificações depois de 1984 — a não ser no período do Plano Cruzado, em 1986. Em 1984, cerca de 40% dos trabalhadores nas regiões urbanas não possuíam carteira assinada e cerca de 39% ganhavam menos do que o salário mínimo.

Os estudos mostram que os gastos sociais diminuíram cerca de 21% no período 1980/84. Entre 1980 e 1983, os gastos com saúde "per capita" caíram cerca de US\$ 9,01, elevando-se, contudo, US\$ 5,37 em 1986, valor insuficiente para recompor os níveis de gastos no início da década. Com relação à infra-estrutura urbana, enquanto a população urbana cresceu 25,3% entre 1980 e 1987, os investimentos totais nas áreas de habitação e saneamento básico diminuíram 28,9%.

#### POPULAÇÃO INFANTIL

A combinação entre a queda da renda familiar e a elevação do custo de vida produziu impactos negativos na educação infantil. Entre 1979 e 1985 a taxa de reprovação no 1º grau aumentou de 17,4 para 19,8%, enquanto a taxa de evasão escolar cresceu de 10 para 12,4% no período 1979/84.

"Outro aspecto grave em relação à população infantil fica evidente no número de crianças recebidas pela Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) na Grande São Paulo", observa Chahad. De acordo com pesquisas dos economistas, o número de atendimentos da FEBEM cresceu de 26,8 mil, em 1979, para 32,6 mil, em 1985. No período aumentou, também, a porcentagem de menores encaminhados à fundação por causa da criminalidade: em 1979, um quarto das crianças que entravam na FEBEM era encaminhado por algum tipo de violação às leis, enquanto em 1985 metade das crianças foi atendida pelo mesmo motivo.